



UFES
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL

Título Personalidades aderem manifesto contra lei antiterror; Senado deve votar na próxima semana

Veículo MST Seção INICIO Data 09/10/2015 12:58:18

"

URL [Acesse a notícia](#)

CENTIMETRAGEM : 147.88 CM/COL - VALOR R\$ 2.794,93

Da Página do MST

Diversos nomes importantes da política nacional já aderiram ao manifesto contra a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2015, de iniciativa da Presidência da República, que tipifica o crime de terrorismo no Brasil.

O texto foi subscrito por personalidades como Paulo Vannuchi, ex-ministro de Direitos Humanos do governo Lula, Fabio Konder Comparato, professor emérito da Faculdade de Direito da USP; Maria Victoria de Mesquita Benevides, socióloga e professora titular da USP; Jorge Luiz Souto Maior, professor da Faculdade de Direito da USP; Heloísa Fernandes Silveira, socióloga, e Kenarik Boujikian, co-fundadora da Associação Juízes para a Democracia e juíza do TJ-SP.

O projeto deve ser votado no Plenário do Senado Federal na próxima semana. Mais de 80 organizações da sociedade civil e personalidades assinaram esse manifesto.

A proposta representa um grande retrocesso para os direitos de participação política no Brasil, porque deixará nas mãos de delegados e promotores o filtro para dizer se tal conduta é ou não de movimento social, sustenta o documento.

Além destes nomes, entidades como a CUT, MST, CMP, MTST, CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil), Intersindical, Conlutas e Greenpeace, entre outras, também aderiram a iniciativa.

Abaixo, leia o manifesto e a lista completa de adesões.

MANIFESTO DE REPÚDIO A TIPIFICAÇÃO DO TERRORISMO

Está na Ordem do Dia do Senado Federal o PLC nº 101/2015, de autoria do Poder Executivo, e que tipifica o crime de terrorismo.

A proposta já aprovada no Plenário da Câmara dos Deputados prevê reclusão de 12 a 30 anos para a prática, por um ou mais indivíduos, de atos por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia ou religião, com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública.

Ainda que faça a ressalva explícita de que não se enquadra na lei a conduta individual ou coletiva de movimentos sociais, sindicais, religiosos ou de classe profissional se eles tiverem como objetivo defender direitos, garantias e liberdades constitucionais, a proposta representa um grande retrocesso para os direitos de participação política no Brasil, porque deixará nas mãos de delegados e promotores o filtro para dizer se tal conduta é ou não de movimento social.

Democracia se faz pelo voto e pela participação direta do povo. Essa participação se dá inclusive pela militância em movimentos sociais. Inúmeros militantes, entretanto, foram e estão sendo, através de suas lutas cotidianas, injustamente enquadrados em tipos penais como desobediência, quadrilha, esbulho, dano, desacato, dentre outros, em total desacordo com o princípio democrático proposto pela Constituição de 1988.

A proposta incrementa esse Estado Penal segregacionista, que funciona, na prática, como mecanismo de contenção das lutas sociais democráticas e eliminação seletiva de uma classe da população brasileira. O inimigo que se busca combater para determinados setores conservadores brasileiros, que permanecem influenciando nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, é interno, concentrando-se, sobretudo, nos movimentos populares que reivindicam mudanças profundas na sociedade brasileira.

Além disso, combater o terrorismo propriamente dito não é uma necessidade brasileira. Depredação, homicídio, uso de explosivos, etc., já são crimes no Brasil. A criação de uma figura específica atende, sim, a pressões externas, sobretudo dos Estados Unidos e de outros países da OCDE, que têm em consideração realidade muito diferente da nossa, sem qualquer histórico de episódios que se assemelhem ao terrorismo.

A justificativa de que a tipificação ao terrorismo atenderia à recomendação do GAFI (Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo) tampouco é válida. A Lei sobre organizações criminosas e todos seus instrumentos tais como colaboração premiada e infiltração -- já se aplica às organizações terroristas internacionais cujos atos de suporte, de preparação ou de execução ocorram ou possam ocorrer em território nacional.

É de se repudiar também emenda apresentada ao projeto que inclui razões de ideologia e política às motivações do terrorismo. É sabido que as lutas e manifestações de diversos movimentos sociais são causadas por motivos ideológicos e políticos, o que, certamente, é amplamente resguardado pela nossa Constituição.

Assim, fica claro que este dispositivo, caso seja aprovado, será utilizado pelos setores conservadores contra manifestações legítimas dos diversos movimentos sociais, já que tais lutas são realmente capazes de trazer indignação para quem há muito sobrevive de privilégios sociais.

Cumpra ao Congresso Nacional defender a jovem democracia brasileira e rechaçar projetos de lei cujo conteúdo tangencia medidas de exceção abomináveis como o nada saudoso AI-5. Desta maneira, repudiamos veementemente estas propostas de tipificação do crime que, sobretudo, tendem muito mais a reprimir e controlar manifestações de grupos organizados, diante de um cenário já absolutamente desfavorável às lutas sociais.

A Presidenta Dilma Roussef, que já foi acusada da prática de terrorismo pela Ditadura Militar não deveria ter enviado este projeto ao Congresso e, caso aprovado no Senado, deverá ter a dignidade de vetá-lo. É o mínimo que se espera. Abaixo assinamos:

Abaixo assinamos:

--- ENTIDADES ---

Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação

Actionaid Brasil

Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB

Assembleia Nacional dos Estudantes Livre ANEL

Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo ABEA

Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia - AATR

Associação dos Especialistas em Políticas Públicas do Estado de São Paulo AEPPSP

Associação dos Geógrafos Brasileiros AGB

Associação ECCOS - CAMPINAS

Associação Juizes Para a Democracia AJD Associação Missão Tremembé AMI

Associação Nacional de Pós Graduandos

Associação Nacional de Transportes Públicos ANTP

Campanha pelo Plebiscito Constituinte

Central de Movimentos Populares - CMP

Centro de Assessoria à Autogestão Popular CAAP

Centro de Assessoria Popular Mariana Criola

Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza Fortaleza, CE

Centro de Direitos Econômicos e Sociais - CDES Direitos Humanos

Centro de Direitos Humanos de Cascavel PR

Centro Dom Gaspar de Direitos Humanos

Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social CENDHEC

Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

Coletivo de Artistas Socialistas CAS

Coletivo Desentorpecendo a Razão DAR Comboio

Coletivo Juventude Socialismo e Lierdade JSOL Campinas

Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa e Direitos Humanos da Associação Brasileira de Imprensa ABI

Comissão de Direitos Humanos do Sindicato dos Advogados de São Paulo

Comitê Pela Desmilitarização

Comitê Popular da Copa de SP

Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro

Comunidades Eclesiais de Base CEBS Sorocaba

CONAM

Conectas

Confederação Nacional de Associações de Moradores CONAM

CONIC - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil

Conselho Federal de Serviço Social CFESS

Conselho Indigenista Missionário - CIMI

Conselho Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de Campinas

Conselho Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de Campinas

Consulta Popular

Coordenação do Fórum Nacional de Reforma Urbana

CSP - Conlutas

CUT- Central Única dos Trabalhadores

Dignitatis Assessoria Técnica Popular

Escola de Governo

Espaço Kaleidoscópio Criciúma-SC

Esquerda Marxista

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional FASE

Federação Interestadual dos Sindicatos de Engenharia FISENGE

Federação Nacional das Associações de Empregados da Caixa Econômica FENAE

Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas FNA

Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil FENEA
Fora do Eixo
Fórum da Amazônia Oriental/ GT Urbano FAOR
Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense - FMAP
Fórum Nordeste de Reforma Urbana FneRU
Fórum Sul de Reforma Urbana
Fórum Urbano da Amazônia Ocidental FAOC
Frente de Resistência Urbana
Greenpeace
Grito dos Excluídos Contiental
Grupo Lambda LGBT Brasil Grupo Tortura Nunca Mais RJ
Grupo Tortura Nunca Mais SP Habitat para a Humanidade
IBASE
Identidade Grupo de Luta pela Diversidade Sexual Instituto Brasileiro de Administração Municipal IBAM
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas IBASE
Instituto Brasileiro de Ciências Criminais IBCCRIM
Instituto Sedes Sapientiae - São Paulo
Intersindical
Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social
Jornal Página 13
Juventude Revolução
Juventude Revolução
Levante Popular da Juventude
MAB Movimento dos Atingidos por Barragens
Midia NINJA
Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia - MAMA
Movimento de Moradia da Cidade de São Paulo / MMC
Movimento de Mulheres Camponesas - MMC
Movimento dos Pequenos Agricultores / MPA
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST
Movimento dos Trabalhadores/as Assentados/as, Acampados/as e Quilombola CETA/BA
MTST- Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR
NAÇÃO HIP HOP BRASIL
Nação Hip Hop Brasil
Núcleo de Preservação da Memória Política - São Paulo
Pastoral Anglicana da Terra - Cascavel PR
Plataforma de Direitos Humanos Dhesca Brasil
Rede nacional de advogados populares, RENAP
Tendência Revolucionária, Psol
Terra de Direitos
União Brasileira de Mulheres
União de Negros Pela Igualdade - UNEGRO
União Nacional dos Estudantes- UNE
União Nacional por Moradia Popular

--- PERSONALIDADES ---

Adriano Espíndola Cavalheiro Presidente da Comissão de Movimentos Sociais da 14ª Subseção da OAB/MG
Adriano Ferreira - Movimento dos trabalhadores e trabalhadoras do campo MTC- Brasil
Aleida Guevara March Médica cubana.
Alexandre Conceição, MST
Anarquistas Contra o Racismo ACR
André Alcântara - Centro de Direitos Humanos de Sapopemba
Anivaldo Padilha, militante dos direitos humanos, São Paulo.
Ariovaldo Ramos, Pastor Evangélico
Bento Rubião Centro de Defesa dos Direitos Humanos Cearah Periferia
Bruno Elias, secretário nacional de movimentos populares do PT
Carlos A. C. Baccaglini - diretor de Comunicação do Sinpro Campinas e Região
Cesar Sanson Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte UFRN
Claudia Korol, educadora feminista, Argentina
Cloves Barbosa - Professor da UNIFESSPA
Dainis KAREPOVS, historiador
Dr. Clifford Andrew Welch - Professor da História Contemporânea do Brasil, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo / Brazil
Erina Batista Gomes - Advogada Popular
Fabiano Morales - Canoas RS
Fabio Konder Comparato, professor emérito da Faculdade de Direito da USP.
Fernanda Maria da Costa Vieira professora adjunta UFJF
Fernando Vieira. Oposição Sinpro-Rio
Gérson Wasen Fraga - UFFS - Campus Erechim

Günter Adolf Wolff - Pastor
Helenita Sipahi - Médica
Heloísa Fernandes Silveira - Socióloga
Henrique Parra - Departamento de Ciências Sociais/Unifesp
Iris Kantor - Universidade de São Paulo-Brasil
Issa Fernando Sarraf Mercadante - Medico
Ivan Valente - Deputado Federal PSOL/SP
Jacqueline Ramos Silva Carrijo, auditora fiscal do trabalho
Jean Tible, professor, USP
Jorge Luiz Souto Maior, professor da Faculdade de Direito da USP
José Antonio dos Santos da Silva - Coordenador do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Etnicorracial do RS.
José arbex jr - professor de jornalismo pucsp
Kátia MARRO, docente da UFF
Kenarik Boujikian, co-fundadora da Associação Juizes para a Democracia, juiza TJSP
Laura Tavares - FLACSO Brasil
Leda Maria Paulani - Professora titular FEA-USP
Lisete Regina Gomes Arelaro - Professora da Faculdade de Educação /USP - Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA).
Lúcio Gregori - engenheiro, ex-secretário municipal de transportes de São Paulo
Luís Carlos Dalla Rosa - Professor - Porto Alegre/RS
Luiz Henrique Ribeiro Advogado, Procurador-Geral do Município de Coronel Fabriciano MG
Maíra Streit Repórter
Manhana de Castro - SIT - Superintendência de Infraestrutura e Transporte do Estado da Bahia
Marcelo Chalréo (Pres. Com. Dir. Humanos OAB RJ)
Maria Beatriz Costa Carvalho Vannuchi - psicanalista
Maria Laura de Abreu dAvila
Maria Marta Azzolini
Maria Victoria de Mesquita Benevides, socióloga, professora titular da USP
Mariana Cavalcante Moura - Advogada Popular
Marluce Melo - Comissão Pastoral da Terra Nordeste 2 - CPT NE 2
Miguel do Rosario - Editor do blog o cafezinho
Nelia Reis UFAL
Otilia Beztriz Fiori Arantes - Professora USP
Páulia Maria Cardoso Lima Reis
Paulo Bufalo - Presidente Estadual PSOL São Paulo e Vereador - Campinas SP
Paulo Eduardo Arantes - Professor USP
Paulo Vannuchi, - ex-ministro de Direitos Humanos Governo Lula.
Prof. Dr. Marcos Barbosa de Oliveira - Universidade de São Paulo
Prof. Horacio Martins Curitiba
Rafael Litvin Villas Bôas, Professor da Universidade de Brasília
Ramatis Jacino, historiador - São Paulo - SP
Renato da Silva Queiroz, FFLCH-USP
Wilson Cano, economista, professor decano da Unicamp
Zenaide Machado de Oliveira, ex presa política, socióloga